

### **Violências, midiatisações e vivências juvenis**

Caminharemos neste tópico do artigo por um terreno minado. Expusemos anteriormente, através da realidade investigada em uma cidade litorânea do nordeste brasileiro, como as dinâmicas de consumo, simbólico e midiático, indicam a composição de um forte quadro de vinculação social e o estabelecimento de liames comunicacionais que não confrontam mediações como o grupo de amigos e, o que é significativo, como a base familiar.

Reiterando o conceito de “fabricação cultural” se propõe agora a análise de uma realidade limítrofe. Tomando por referência dinâmicas comportamentais e produções imaginárias fundadas em duas metrópoles do sudeste do país – São Paulo, em especial, Rio de Janeiro, mais pontualmente – nos interessa agora problematizar algumas experiências de fratura de laços sociais. E não o fazemos de modo aleatório.

A recorrente associação entre juventude e violência constitui outro imperativo na análise das relações entre cultura juvenil e ambiência midiática no Brasil. Se, na cena digital, dos blogs aos fotologs, dos sites às comunidades virtuais, pode-se confirmar o protagonismo juvenil na afirmação de si e, igualmente, na construção do outro, a cena massiva tende, hegemonicamente, à construção de representações dicotômicas – a juventude idealizada de um lado, a juventude perversa de outro. Lógica paradoxal, vemos aí se efetivar um imaginário esquizofrênico: a glorificação do ser jovem convive com a demonização de setores e agrupamentos juvenis.

Fazendo um breve recorrido histórico, localiza-se em meados da década de oitenta a configuração de uma nova gramática na ocorrência e percepção dos fenômenos de violência em nosso país. Cartografando esta imagética da insegurança e esta *imagerie* do pânico – pânico de envelhecer, pânico de ser vitimizado por segmentos juvenis – localizamos em sua tessitura um forte caráter comunicacional, evidenciando modos bastante originais e preocupantes de aparecimento e de repercussão da violência. Articulando fatores como aquisição de reconhecimento sócio-cultural e midiático, apelo à afirmação identitária e oferecendo ferramentas para a percepção de si e do outro, indicava ainda a consolidação de uma complexa política de visibilidade.

Este novo regime de ordenação visual e social da violência coincide, no caso brasileiro, com a crescente e intensiva atribuição a segmentos juvenis urbanos – primordialmente os pobres, negros e marginais, mas também, como alarmantes exceções, os ricos, brancos e rebeldes – de uma suposta condição de protagonistas na prática de atos de violência. A este protagonismo é imputado, invariavelmente, um caráter criminal ou desviante, ao qual se associam potentes sentimentos de insegurança, alarme e pânico.

Para problematizar tais fenômenos e de modo a enfrentar a clara supervalorização e vinculação geracional que a eles se vem atribuindo, com a participação intensa e ostensiva de veículos da imprensa massiva brasileira, recorreremos a alguns aportes conceituais que nos parecem necessários para abordar, desde o ponto de vista das teorias da comunicação, tais complexidades comunicativas. Adotaremos aqui a conceituação “estetização da violência” procurando perceber como isto se configura no contexto nacional, mas também considerando que se trata de fenômenos e de representações fundadas no cruzamento com fluxos globais, característicos das sociedades midiáticas, visuais e discursivas.

Interessa-nos ainda propor que esta estetização da violência interfere na vivência juvenil, tanto na produção e percepção de si, quanto na elaboração de estratégias de reconhecimento ou recusa de alteridades. Estão incluídas como derivações deste eixo reflexivo as significativas apropriações juvenis da linguagem da violência no Brasil, seja adotando-a como referente comportamental, seja para frontalmente rechaçá-la.

Mas existem outros componentes relevantes para a compreensão da pluralidade desse cenário. Efetivamente, a possibilidade de obter visibilidade midiática passou a compor, com expressiva regularidade, a estruturação de episódios de violência criminal. Em sentido complementar, a existência de aparatos de televigilância passa a regular a ação criminal e, em alguns casos, até mesmo as intervenções policiais e as ações punitivas encampadas por cidadãos comuns. A estetização dos atos de violência é outro elemento relevante a ser considerado, seja ao analisarmos a violência em seu acontecer social, seja quando interpretamos sua apropriação pelos meios massivos e por uma miríade de produtos e produções culturais.

A estetização da violência articula-se tanto em termos de interações com a tessitura social, quanto na interseção com o próprio estatuto das imagens. Seus efeitos não se restringem a um, digamos, consumo local. A “carnavalização” – percepção corrente e reiterado estigma frequentemente associado ao Brasil – passa a conviver com o imaginário do “lugar perigoso”, alimentado pela propagação indiscriminada e espetacular de cenas de violências.

Assim, notamos que no universo da comunicação generalizada a experimentação concreta da violência encontra o outro lado da moeda na superexposição brutal aos mais diversos níveis de violência signíca. Uma das peculiaridades da violência contemporânea é sua excessiva visualização, que nos informa do mundo através do "ouvir ver", podendo configurar verdadeiras patologias audiovisuais, sádicos voyeurismos capazes de agregar prazer e desresponsabilização. Em outro de seus desdobramentos ela é, ainda, tipicamente exibicionista: literalmente se dá a ver, violência instrumentalizada, publicitária.

O conceito de *midiatização* nos serve aqui para compreender a imbricação da violência manifestada direta e ostensiva na vida cotidiana<sup>1</sup> à sua dimensão subjetiva, indireta<sup>2</sup>. Na interseção entre o material e o simbólico, a violência manifesta-se como forma de ser, de se comunicar, de apreender e de interpretar tanto o mundo vivido quanto o desejado e idealizado. Abordando aspectos da articulação entre cultura e violência nas metrópoles brasileiras, investiga-se, como pista analítica central, a noção “linguagem da violência”. Que linguagem é essa? Localizo-a na violência assumindo um caráter pedagógico. A linguagem da violência é uma comunicação potente, explosiva. Catalizando uma consciência limítrofe e uma vivência emergencial referenda-se na suposição de que nada há, de fato, a se esperar do amanhã.

Postula-se que tal linguagem estabelece liames com manifestações sócio-corporais específicas, bem como interações dialógicas com o universo da comunicação massiva, evidenciando a consecução de práticas originais de sensibilidade e sociabilidade. Identifica-se, em outra ponta do iceberg, a releitura e ressignificação desta linguagem, que vêm constituindo significativos canais de ruptura com o ciclo da violência como ato social.

Objetiva-se, com este recorte, contemplar as manifestações da violência em termos de práticas culturais e narrativas imersas no cotidiano e, o próprio objeto, em seu acontecer plurivocal. Avalia-se que a violência compreende atualmente articulações originais de sensibilidades e socialidades, identificando-se, na microscopia cotidiana, em algumas manifestações culturais e na elaboração de discursos analíticos, possíveis canais de perlaboração crítica e reprocessamento cultural da violência como ato social. Pressupõe-se, ademais, a interferência, na percepção e na significação da violência, de uma relação simbiótica entre cenário midiático e sociedade.

A amplificação do sentimento de insegurança resultaria, nestes termos, de uma percepção nebulosa dos reais riscos de vitimização, de uma obsessão egoísta por proteção, estabelecendo um paradoxo: o espaço/tempo urbano, em termos macro, propicia a dessocialização para, microscopicamente, como na coesão grupal baseada na violência, assistir à emergência e cristalização de padrões originais, ainda que indesejados, de sociabilidade.

Analisando a violência contemporânea, Chesnais (1981) vale-se do contraponto "lei da força/força da lei" para argumentar que a violência é a única lei das sociedades sem lei. Tomando o exemplo de Freire Costa (1993), a "cultura da violência", assumindo uma nova feição no Brasil, é aquela que, "no vácuo da lei", "segue regras próprias", tornando a violência

---

<sup>1</sup> Associada a constrangimentos físicos, morais, no uso da força, na coação, na violação da integridade física e psíquica.

<sup>2</sup> Associada a produções imaginárias e com implicações em termos de práticas midiáticas.

um padrão de referência familiar, corriqueiro, cotidiano e implicando, na argumentação do autor, em uma monstruosa simplificação do universo social entre fortes e fracos (Freire Costa, 1993:84-5).

A linguagem da violência, nos termos da simbiose mídia massiva/sociedade, sugere uma ruptura de "laços", como se eles perdessem seu valor simbólico, sua função de integração e identidade reconhecida e partilhada. Penso, neste caso, nos abalos sofridos em termos da vivência corpórea, da relação com o "outro", dos vínculos coletivos, territoriais, políticos.

A comunicação massiva hegemônica oferece como alternativa a essa desintegração um vínculo imaterial, uma coesão apenas suposta, credível, mas, de fato, frágil em seu valor simbólico. São preocupantes os efeitos desta vinculação midiática quando voltada à tematização e visibilização da violência. Afinal, ambas encontram um terreno pernicioso de florescimento ao serem absorvidas no cotidiano urbano, particularmente ao levarmos em consideração contextos macro-sociais.

A estetização da violência também se faz presente no universo das mídias digitais, caracterizadas como participantes de uma cultura propriamente midiática, de divulgação maciça e concepção segmentarizada. Diversas matérias publicadas em periódicos nacionais exploram esta manifestação, assumindo um tom que agrega a denúncia dos episódios de violência à sua transformação em espetáculo. Uma delas nos parece paradigmática desta associação:

Para “dominar” o universo do Comando Vermelho, facção que comanda o crime organizado no Rio de Janeiro, não é preciso subir o morro. Basta ter um computador conectado à WEB e dar alguns cliques para que o internauta entre, ainda que virtualmente, no mundo do crime. Na tela aparecem fuzis, fotos dos morros e suas quadrilhas, reprodução de diálogos com juras de morte aos adversários e links com raps que elogiam traficantes. Há pelo menos 15 endereços desse tipo. Algumas páginas falam da ação dos bandidos e outras são dedicadas aos chamados bondes – grupos que se identificam com os traficantes e brigam com os integrantes de quadrilhas rivais.

No site das favelas de Maria da Graça, pode-se ouvir o *Rap da ronda*: “Alemão, a ronda vai passar por aí /Se botar a cara, tu vai cair/Não precisa nem gritar/O bonde vai te massacrar/ O Scooby vem aí de AK (fuzil AK 47).” (Revista *ISTOÉ*, 11/04/2001)

A crescente propagação de imagens da violência, e a valoração que se dá a esta violência visibilizada, reforçam uma dilatação do conceito. A natureza e o formato da comunicação massiva, especialmente aquela referente às produções televisas, não apela à hierarquização nem à contextualização destas visualidades. Assim, frequentemente se atribui a estas imagens um valor relacional, como se cada uma fosse, na verdade, a parte de um quebra-cabeça que, a despeito de seu fracionamento, se apresenta como unidade.

Por outro lado, os diversos fenômenos e abordagens teóricas, incluídos involuntariamente em uma mesma alcunha, são por vezes antagônicos ou excludentes. Cada qual tende a criar sua

zona de condensação, o seu buraco negro. Faço referência, aqui, ao caráter monolítico de determinados discursos genéricos sobre, por exemplo, a associação taxativa entre (aumento da) pobreza, criminalidade e violência. Também considero o poder de atração exercido, sobre os discursos de análise da violência, por fenômenos de violência ostensivamente visibilizada. Esta violência em estado de presentificação, este *show* de urgência radical, permite que se experimentem as imagens da violência como materialidades, como acontecimento virtualmente tangível. A violência vista é vivida como real, real credível, *aproximação na simulação*. Buscando precisar esta leitura, Gérard Imbert (1994) postula que a violência está hoje envolvida por esta estratégia de visibilização. O regime descrito por Imbert é aquele no qual a coação é substituída pela sedução, onde os aparelhos de Estado dão lugar aos aparelhos de representação (os *mass media*). Instaure-se, portanto, uma iconização do discurso social, uma "imagineria" composta por duas vertentes, a imagem e o imaginário: "a violência (...) se espetaculariza até o ponto em que se pode tornar difícil separar a violência real da violência representada" (Imbert, 1994:201).

### **Muito jovens, muito violentos: imaginários de terror e de desesperança**

Contudo, a autonomização da violência mesclando-se à falta de perspectivas e à atuação da criminalidade organizada tem interferido de modo flagrante em discursos e comportamentos juvenis. Segundo o relato de Zaluar (1994), que depura, aos olhos do leitor, uma miríade de nuances da percepção e da prática da violência em um conjunto habitacional da periferia carioca<sup>3</sup>, os jovens, por motivos prosaicos, vêem-se diante de "uma engrenagem que eles não controlam":

a engrenagem das quadrilhas de traficantes de tóxicos e da polícia, que toma cada vez mais a feição de crime organizado. A razão inicial pode ser o roubo ou humilhação sofridos por um jovem a caminho do trabalho e que tem a desventura de topar com um bandido de outro território. Ou uma briga por causa de mulher (Zaluar, 1994:21-2).

Preocupando-se com o efeito devastador do crime organizado nas práticas sócio-corporais e na identidade destes jovens, Zaluar detecta, nas quadrilhas, uma poderosa função de socialização, cuja coesão e perenidade é garantida pelo "uso manifesto e constante da violência" (Zaluar, 1994:77). O caráter ordenador da violência revela-se, ainda, na sua constituição como base interpretativa dos agentes, "pensada em torno do poder advindo da posse ou uso da arma de fogo" (1994:76).

O "saber somático", concepção forjada pelo antropólogo francês Lóic Wacquant pode ser transposta para a análise de possíveis implicações da linguagem da violência em termos da

---

<sup>3</sup> Em Cidade de Deus, zona oeste da cidade do Rio, cenário e referência de recente filme brasileiro conhecido internacionalmente. Nesse mesmo local, um cinegrafista amador registrou cena de violência policial, divulgada em redes de tevê em abril de 97, que provocou forte comoção social.

socialidade e sensibilidade juvenis. Afinal, como por sua vez lembra Laurette Wittner (1992), analisando a violência simbólica e física nas *banlieues* parisienses "a imagem da violência cola à pele", "ensinando aos jovens a linguagem que eles têm de utilizar para existir". A violência como modo de expressão, continua a autora, está de par com a midiaticização, aparecendo, para membros de grupos excluídos, como uma das formas mais imediatas de obter atenção.

No caso brasileiro, a violência pode ainda se associar ao prazer e ao consumo, construindo, na interseção com o universo midiático e com aquele da criminalidade, a glória intensa e fugaz detectada pelo escritor Zuenir Ventura (1994), a busca e a utilização de signos de vitória e projeção. O fascínio da visibilidade e do reconhecimento — ancorado no estrelato midiático ou na força bruta da ação criminal — cria um inusitado *barômetro do sucesso*, material e simbólico: *ter e poder* (poder ter, poder fazer, poder falar, poder aparecer).

Das manifestações de agressão cega às práticas autodestrutivas, a violência multiplica sua face, ambíguo espelho identitário que referenda a ação. Não mais o reverso do controle, mas a eclosão anômala de sua própria condição de incerteza. O plástico filme da segurança máxima emperra nas engrenagens do projetor. E neste ponto ele queima. Mais do que uma banalização da violência, fenômenos ocorridos recentemente no Brasil ilustram como estratégias de autodefesa podem encampar um perverso "esporte" de agressão gratuita encampado por setores juvenis, com a flagrante ultrapassagem de fronteiras de classe.

O caso dos "beiseboys"<sup>4</sup> é apenas um entre tantas das singulares manifestações da "autonomização" da violência na cultura jovem. Utilizando tacos de beisebol como "arma branca" na resolução de conflitos — de uma briga de trânsito até as desavenças estritamente pessoais —, todos os entrevistados são unânimes em justificar seu uso com o apelo à defesa pessoal.

Em documentários sobre o movimento *funk* na cidade do Rio de Janeiro, veiculados em princípio da década de 90, chama atenção a constante referência dos entrevistados à morte, pontuada pelo riso e pela afirmação de virilidade. Dos enfrentamentos simbólicos aos conflitos com seguranças, da provocação coreografada ao acerto de contas armado na saída dos bailes, a linguagem da violência está ali, engendrando um frágil destemor, signos distintivos adotados por uma massa de "ejetados" do fluxo urbano, que explode, aqui e ali, na forma de autodestruição. No êxtase da afirmação de potência individual, a ritualização alucinatória do corpo do "outro" e, igualmente, a desclassificação coletiva da vida: "— Quem

---

<sup>4</sup> Documentado no caderno *Folhateen* do jornal *Folha de S. Paulo*, em 24 de julho de 1995.

vai ao baile tem consciência do risco que corre, tem de estar preparado pra morrer... e a mulherada gosta dos caras destemidos, por quê você acha que o bandidão tem as garotas mais bonitas do pedaço?", era algo assim o que dizia, sorridente, um dos jovens entrevistados.

O mesmo desejo de desafiar a morte, de testar ao extremo seus limites é partilhado por jovens de diferentes vinculações sociais: é a prática dos chamados *rachas*, forma selvagem, estilizada e empobrecida dos esportes radicais, das corridas de Fórmula 1. Em outros cantos da cidade, adolescentes moradores de condomínios fechados de alto padrão envolvem-se em acidentes de carro, em atropelamentos, colecionam acusações de vandalismo. Em um destes casos, garotos entre 13 e 17 anos foram acusados de espancar o faxineiro do condomínio quando este tentava tirar o skate de um deles, de uso proibido na garagem do prédio. Outro episódio que veio a público é o do grupo de adolescentes que, numa sucessão de "brincadeiras violentas", teria causado o incêndio do apartamento do zelador de um condomínio vertical.

As fugas cinematográficas protagonizadas pelo jovem assaltante Leonardo Pareja<sup>5</sup> também ilustram uma das lamentáveis faces do desejo de sucesso e perigo desfrutado em um intenso e contínuo presente, melhor ainda se propagado *ad infinitum* por registros midiáticos. A intensidade do vivido parece, em casos como este, superar a percepção da extensão e das conseqüências do delito.

Relatos de jovens de classe média envolvidos em ações criminosas tendem igualmente a retratar esta união entre banalização do delito e gosto pelo risco. Em um destes casos, o envolvido dizia ter participado de assaltos "por curiosidade", "para ver como era a sensação do perigo". Outro jovem, preso por participação em um assassinato, declarava ter matado por "bobeira". Um adolescente de 17 anos, filho de uma comerciante, afirmava ter passado a furtar "para poder me vestir melhor". Como dizia Pareja, diante do espelho narcíseo das câmeras de tevê, "roubava pelo gosto da emoção. E também porque queria ter dinheiro, não suportava ficar sem dinheiro para viajar, comer bem, ir ao cinema".

Não por acaso, as praias cariocas foram o palco escolhido para o potente aparecimento dos "arrastões", explosões juvenis de agregação forçada, inclusão marcada pela extrema rapidez de movimentação e pela efemeridade, com a ostentação de signos distintivos, de uma identidade cunhada na exclusão, de uma estética própria, invadindo um espaço consagrado ao relaxamento e ao ócio, explicitando que, muitas vezes e para muitos jovens, o limite entre prazer e risco, entre lazer e combate está se tornando por demais tênue.

---

<sup>5</sup> Este jovem criminoso, articulado, bem-educado e de boa aparência, conquistou, em sua breve "carreira", uma incrível notoriedade, manipulando com excelência seus aparecimentos na mídia. Após arregimentar uma legião

A movimentação juvenil que tomou de assalto as praias, fazendo delas um enorme *playground* da diversão e das sociabilidades limítrofes, receberia, já em sua primeira grande ocorrência, em 18 de outubro de 1992, um domingo, esta denominação, "arrastão", movida pela similaridade entre a atitude atribuída aos jovens — formando, com seus corpos em movimento, uma rede para supostamente roubar pertences dos banhistas, literalmente arrastando-os, expulsando-os, em pânico, das praias — e a tradicional atividade dos pescadores<sup>6</sup>. A despeito da "criminalização" dos acontecimentos, foram pouquíssimos os roubos comprovados — se é que os houve. Astúcia inesperada, a multidão de jovens exibia-se intencionalmente para as câmeras e, mais ainda, através de um ritual de enfrentamento cujos códigos só eles compartilhavam. Exibiam um poder, um vigor, uma coreografia e uma música que, naquele momento, os telejornais desconheciam. Seu teatro caótico era incompreensível. O enfrentamento codificado e a disputa intergrupal e auto-destrutiva uniam-se, repentinamente, em um só corpo "desafiante". Unidos pela linguagem da velocidade, seguiam juntos na consecução de um desafio maior, da conquista de um alvo que, por vezes, parecia ser a própria velocidade, que lhes permitia avançar sobre o território "estrangeiro" — a praia e a tevê.

O *portrait* de um bárbaro a tempo parcial oferecido por um ex-membro de uma torcida organizada da cidade de São Paulo registra que, no início da década de 90, "as torcidas organizadas perderam qualquer limite para suas ações violentas, porque viram que a chance da impunidade é muito grande". Os "personagens" que dão vida a esta fala são garotos quase felizes com a destruição que promovem, quase despreocupados com as implicações de seus atos. São movidos por uma coragem absoluta que lhes é outorgada pelo pertencimento à torcida, pelo empunhar de sua bandeira, pelo entoar de seu hino, a camisa do time passando de símbolo integrador a escudo que lhes protege do medo.

### **Este lugar que não me pertence: percepção de si, percepção do outro**

---

de fãs extra-muros, foi morto a tiros no interior do Cepaigo (Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás), em dezembro de 1996.

<sup>6</sup> Nos anos de 92 e 93 a referência a uma "onda de arrastões" estava presente em vários veículos da imprensa nacional. Fazia-se referência, neste caso, a ocorrências mais marcadamente criminais ou àquelas que configurassem uma "briga de gangues", ambas esporádicas, localizadas, mas persistentes. Não disponho de dados que permitam aferir a procedência de tal classificação, mas tanto a revisão bibliográfica realizada quanto conversas informais com cariocas levam-me a suspeitar que houvesse, nesta denominação, um forte viés alarmista e generalista. Os episódios que discuto — a movimentação de outubro de 1992 e aquela de outubro de 1993 —, além de originais em termos de seu impacto midiático, posto que houve cobertura ao vivo e destacada inserção no noticiário televisivo, possuem o diferencial de terem se constituído como fenômeno de dimensão coletiva, envolvendo grande número de jovens, agrupados ou não em "galeras". Em 93, a pesquisa realizada permite constatar que não se tratava de uma movimentação com finalidade criminal determinante ou significativa. Mas, neste ano, era clara a consciência do "efeito *media*" que se poderia obter com a manifestação.

A identidade e a alteridade são, de fato, fortes componentes dos afetos juvenis desencadeados pela percepção e experimentação da violência. Na interpretação de Borelli, Rocha e Oliveira (2007), as narrativas de jovens moradores de zonas de contraste social da cidade de São Paulo<sup>7</sup> expressam uma profunda ambigüidade no que diz respeito à classificação da violência em termos dos pólos “*vitimização juvenil/ação juvenil*”. Os jovens abordados, quando convocados a operar tal distinção, tendem a construir modelos explicativos referenciados em uma lógica randômica. Para aqueles que vivem em bairros periféricos, impera um *discurso fatalista*, como recurso angustiado de enfrentar a consciência da associação entre violência e falta de perspectivas existenciais, afetivas e de inserção social.

A pesquisa das autoras brasileiras revela ainda que muitos desses jovens habitantes da região metropolitana, *agregando determinismo e acaso*, lançaram-se em percepções paradoxais, nas quais, apesar da insistência na possibilidade de ação ou reação juvenil, constata-se que nem sempre se mata ou se morre porque efetivamente se deseja, como nem sempre se pratica ou se sofre violência por opção. É ainda bastante comum a experimentação de situações em que *a prática da violência inicia-se “por acaso”*, seja como consequência de “acertos de conta” banais, seja como desdobramento de brincadeiras ou enfrentamentos intergrupais. Referindo-se à *violência criminal*, lógica semelhante – mesclando randomismo e acaso – aparece regularmente nas narrativas, em especial nos jovens da zona sul da cidade, embora, supostamente, ali se encontre, em termos estatísticos, a maior possibilidade de vitimização.

A experimentação da violência e seus impactos na percepção de si e do outro compõem afetos intensos, sendo recorrente para estes jovens a consciência de que a violência, sem sobra de dúvida, pode funcionar como espelho identitário e a criminalidade vincular-se diretamente à *tentativa de garantir o consumo de bens simbólicos*. A “mão que embala o berço” será aquela que, posteriormente, aniquilará o bebê. Se, de início, a figura de criminosos do bairro aparece em regiões de forte exclusão social como referência valorada positivamente, o envolvimento de um jovem com o mundo da criminalidade é invariavelmente apresentado como a entrada em um caminho sem retorno que, por sua vez, reconduz à desagregação.

Agregando diferentes segmentos sociais, o universo do álcool e de drogas ilegais inscreve-se no imaginário e demarca boa parte do cotidiano dos entrevistados. Experiências como estas são associadas a uma “ausência de controle” e à entrada em um campo cíclico, labiríntico, no qual se perde autonomia e provoca-se o sofrimento alheio, ainda que de forma involuntária.

---

<sup>7</sup> Os relatos que se seguem foram levantados na pesquisa “Jovens Urbanos” (Borelli, Oliveira e Rocha, 2007) através de etnografia, questionários e entrevistas em profundidade.

Isto não impede, contudo, a forte presença destas práticas, em inúmeros momentos do dia e em praticamente todos os locais de encontro juvenil observados.

Justificando esta inserção, as explicações sociais convivem com a identificação de fatores culturais e psicológicos mais sutis, muitos deles indiretamente relacionados à lógica consumista e à sociedade da comunicação, marcadas pelo excesso, pela urgência do viver o “aqui e agora” e pela busca desenfreada de reconhecimento, visibilidade e de um prazer amplo e imediato.

Inseridos, muitas vezes em condição de protagonismo, na cultura da visualização e da transparência, boa parte dos jovens brasileiros rejeitam incisivamente traços comportamentais que lhes pareçam validar preceitos moralistas e tendem a enquadrar na pecha “hipocrisia” um sem número de posturas, falas e atitudes. A defesa das posições assumidas por aqueles que identificam como amigos, “manos” ou “chapas” dá margem à criação de um manual simbólico de regras de conduta aceitáveis, criadas endogenamente, sem a concorrência de padrões externos de crítica. Aqui, a “cultura da rua” parece se tornar um parâmetro possível de engendramento de um potente *locus* identitário.

Obviamente, a violência não é o único fator de coesão nas cidades brasileiras. Também o podem ser a diversão, o lazer, as relações de amizade, o desejo de encontro, as ações culturais, entre tantos outros. Para além do assujeitamento e da afirmação de subjetividades desviantes, outras ações capitaneadas por significativos segmentos juvenis brasileiros evidenciam posturas contestadoras e propositivas de enfrentamento e recusa da inserção ou reiteração do ciclo da violência.

A linguagem da violência é ressignificada, como verdadeiro laboratório simbólico de uma *poiesis* das reminiscências. Rappers brasileiros, como os integrantes do "Câmbio Negro", do "Pavilhão 9", incorporam, em suas canções, o duplo movimento de retomar a palavra e, no campo da cultura, de se "descolar" da engrenagem da violência como ato social, ao menos no que toca a uma participação ativa nesta ação. Aqui, o descolamento não equivale a uma negação da violência vivida, sequer da violência vista. Representada (musicalmente, imagetivamente), ela não é esquecida: é lembrada, mas, igualmente, abstraída. Estetizada, comunica-se como choque, mas, igualmente, dá-se a ver. E, àqueles que a produzem, possibilita uma interessante inversão da sedução voyeurística do “ver-se sendo visto”.

A linguagem da violência, por esta via poética que não elimina a estética do choque, pode funcionar como uma *perlaboração* produtiva da violência real, um revisitar e uma reelaboração de sítios simbólicos e memoriográficos marcados pela obliteração social traumática. Um exemplo sugestivo de tal situação vem-me do grupo paulistano de rap

“Racionais MC’s”. Em um de seus discos mais populares e cultuados, “Sobrevivendo no Inferno”, os rappers compõem uma música — “Diário de um Detento” — e, posteriormente, produzem um videoclipe, baseados nos fragmentos do diário de um dos sobreviventes do maior massacre de presidiários ocorrido no Brasil. As reminiscências de um circo de horror vira hit nacional. E, assim, o esquecido, o imagetivamente, simbolicamente ocultado, se reinscreve no imaginário ou, mais ainda, na *imagerie*<sup>8</sup> de vários setores do país.

Ratificando desde outra perspectiva esta intenção inclusiva, o DJ Tralha é assim retratado em matéria de um *site* carioca:

Há cerca de seis meses, o DJ Tralha decidiu abrir espaço nas boates de fora da Cidade de Deus, na Zona Oeste carioca. E investiu pesado em versões suaves do funk. Em vez dos *proibidões* que fazem sucesso nas comunidades, criou letras falando de paz e amor. Deu tão certo que ele agora toca direto em casas noturnas da endinheirada Barra da Tijuca. Já não há brecha na agenda para aceitar convites para tocar em bailes em favela. ([www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)).

Na pertinente argumentação de Simone Sá (2008), localizam-se, nas diferentes “entonações” do funk carioca, não apenas a celebração da violência, o reforço a uma demonização da mídia ou a percepção da classe média como a personificação do inimigo. Atuando significativamente na composição desta cena musical e de seus aportes simbólicos, encontram-se elementos inclusivos e pacificadores. Segundo as postulações de Sá (2008),

Inúmeras são as músicas que parecem retomar o espaço das favelas e periferias, de maneira pacífica e harmoniosa, rejeitando o imaginário de violência associado a este território junto à população do Rio de Janeiro e do Brasil e construindo um discurso “consciente”, que prega a paz e valoriza e se orgulha da própria comunidade – em músicas com títulos tais como *Rap da Cidade de Deus* de Cidinho e Doca, (que obviamente refere-se ao bairro/favela da cidade com este nome); o *Endereço dos bailes*, de Junior e Leonardo (que enumera as belezas da cidade e emenda com a lista dos bailes cariocas), o *Rap das Galeras*, de Manão e Neguinho (que bate o recorde do gênero, listando 66 comunidades); o *Rap do Abc*, também de Junior e Leonardo, entre tantos outros. (Sá, 2008).

---

<sup>8</sup> Compreendida tanto como imaginário composto de representações imagéticas, quanto como o próprio estoque imagético, a coleção de imagens, de representações ou, indo mais além, como conjunto de simulações que atestam rupturas com o referente. Brissac Peixoto (1987) refere-se à *imagerie* como sendo parte de um processo de ficcionalização imagética do real, como conversão do real em paisagem, em figuras de ficção: “conversão de todas as coisas num cinematismo de imagens espectrais” (Brissac Peixoto, 1987:7).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORELLI, Silvia Helena Simões; ROCHA, Rosamaria Luiza (Rose) de Melo; OLIVEIRA, Rita Alves et alli. (2007). *Viver e morrer na metrópole. Jovens, experiências urbanas, nomadismos*. 2007 (livro no prelo).
- CHESNAIS, Jean-Claude (1981). *Histoire de la violence*. Paris, Robert Lafond, 1982.
- FREIRE COSTA, Jurandir (1993). "O medo social". *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*. São Paulo, Abril, 1993, pp. 83-9.
- IMBERT, Gerard (1994). "Representación de la violencia/violencia de la representación en el tratamiento del tema de la droga". *Comunicação & Política*, v. 1, nº 2 ("Mídia, drogas e criminalidade"). Rio de Janeiro, Ed. Cebela, dezembro 1994/março 1995, pp. 201-206.
- JEUDY, Henri Pierre (1994). "Pesquisador dos processos midiáticos". In: RAMOS, Sílvia (org.). *Seminário Mídia & Violência Urbana. Relatos*. Rio de Janeiro, FAPERJ, 1994, pp. 67-78.
- LYOTARD, Jean-François (1993). *Moralidades pós-modernas*. Campinas, Papirus, 1996.
- MICHAUD, Yves (1986). *A violência*. São Paulo, Ática, 1989.
- ROCHA, Rosamaria Luiza (Rose) de Melo. *Estética da violência. Por uma arqueologia dos vestígios*. Tese de doutoramento. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1998.
- SÁ, Simone Pereira (2008). "Som de preto, de proibidão e tchuchucas: o Rio de Janeiro nas pistas do funk carioca". (no prelo)
- VENTURA, Zuenir (1994). *Cidade partida*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- WACQUANT, Lóic (1996). "Violence, corps et science: Remarques transatlantiques" (entrevista). *Présentaine*, nº 5 ("Philosophie et postmodernité"), maio de 1996, pp. 211-221.
- WITTNER, Laurette (1992). "De l'image de violence à la violence de l'image". *Les Annales de la Recherche Urbaine*, nº 54 ("Violence dans les villes"). Paris, Ministère de l'Équipement, du Logement et des Transports, março de 1992, pp. 53-59.
- ZALUAR, Alba (1994). *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Revan/Ed. UFRJ, 1994.